

SAÚDE PENITENCIÁRIA SOB O ENFOQUE DE GÊNERO NO BRASIL

PRISON HEALTH IN FOCUS GENDER IN BRAZIL

Artigo de Revisão

Francisco Antonio da Cruz Mendonça¹
Francisca Maria Silva Araújo²
Luís Rafael Leite Sampaio³
Lia Maristela da Silva Jacob⁴
Ana Cristina Martins Uchoa Lopes⁵
Márcio Cristiano de Melo⁶
Breno Farias Maranhão⁷

RESUMO

Objetivou-se analisar as produções científicas disponíveis na base de dados SciELO sobre saúde de gênero em situação de prisão. Trata-se de um estudo descritivo, bibliográfico, realizado entre março e abril de 2014, na base de dados do Scielo, por meio dos descritores: Saúde, Enfermagem, Prisões. Sendo incluídos 20 trabalhos. Os resultados demonstraram uma produção científica realizada principalmente com abordagem qualitativa, o periódico que mais publicou essa temática foi o Cadernos de Saúde Pública, sendo esses artigos originais e o ano que mais se destacou nas publicações foi 2013. É com base nesta apresentação do sistema prisional que se faz uma

reflexão da atuação da saúde na vida dessas pessoas presas e do plano nacional de saúde no sistema penitenciário.

Palavras-chave: Prisões; Identidade De Gênero; Pesquisa; Base De Dados.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the available scientific productions in SciELO database on gender health situation in prison. This is a descriptive, bibliographical study, conducted between March and April 2014, the database already mentioned, through the descriptors, Health, Nursing, Prisons. 20 studies were included. The results demonstrated a scientific production undertaken primarily

¹ Enfermeiro. Especialista em Saúde da Família pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Saúde Pública Universidade Estadual do Ceará (UECE). Doutor em Saúde Coletiva pela Associação Ampla UECE/UFC/UNIFOR. Conselheiro do Conselho Regional de Enfermagem do Ceará. Docente da Graduação em Enfermagem do Centro Universitário Estácio do Ceará. E-mail: francisco.mendonca@estacio.br

² Graduada em Enfermagem pela Faculdade Nordeste – DeVry Brasil.

³ Enfermeiro. Especialista em Enfermagem Clínica e Estomatoterapia pela UECE. Mestre e Doutor em Farmacologia pela UFC. Docente da Graduação em Enfermagem da Universidade de Fortaleza pela UNIFOR e do Centro Universitário Estácio do Ceará.

⁴ Enfermeira. Especialista em Saúde da Família pela UFC. Mestre em Saúde Coletiva pela UNIFOR. Doutoranda em Ciências da Saúde pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Docente no Curso de Enfermagem - Anhanguera Faculdade.

⁵ Enfermeira. Mestre em Saúde Coletiva pela UNIFOR. Doutoranda em Ciências da Saúde pela UNICAMP.

⁶ Enfermeiro. Especialista em Saúde Coletiva - Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre e Doutorando em Saúde Coletiva - Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp.

⁷ Discente da Graduação em Enfermagem do Centro Universitário Estácio do Ceará. Integrante do Núcleo de Pesquisa de Políticas e Práticas em Saúde Coletiva (Estácio). Bolsista de Iniciação Científica do Centro Universitário Estácio do Ceará.

qualitative approach, the journal that published this theme was more in Journal of Public Health, with these original articles and the year that most stood out in the publications was 2013. It is based on this presentation that the prison system is a reflection of the performance of health in the lives of these people arrested and the national health plan in the prison system.

Keywords: Prisons; Gender Identity; Research; Database.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal do Brasil informa que a saúde é direito de todos e um dever do Estado. Estamos tão habituados ao ouvir tal expressão que, na maioria das vezes, esquecemos que a palavra “todos” refere-se, realmente, a todo e qualquer cidadão brasileiro independente de sua classe, condição social e, até mesmo, da atual posição perante a sociedade e justiça⁽¹⁾.

Determinados grupos de indivíduos encontram-se em dívida com a justiça, pois em algum momento de sua vida descumpriram as regras que regem o convívio social em sociedade, e como punição acabam com o direito à liberdade sendo retirado. O fato é que esses indivíduos continuam a fazer parte do país, ou seja, continuam sendo brasileiros, logo o direito à saúde ainda lhes é reservado⁽²⁾.

O perfil atual da pessoa presa no Brasil não é muito diferente da população em geral, a maioria é composta por pardos e negros, dado esse reforçado pela análise sobre o impacto da escravatura no Brasil presente neste século³. As raízes da desigualdade e da exclusão começam na história colonial, o período de escravatura, que mesmo sendo abolida em 1888, deixou os negros “libertados”, sem dinheiro e sem preparação profissional, abandonados à própria sorte, passando a constituir um segmento marginal da sociedade⁽⁴⁾.

Apesar do avanço que a Constituição Federal de 1988 representou nos instrumentos fundamentais da democracia, a marginalização social e os desníveis regionais são imensos, a discriminação econômica e social é favorecida por aplicações distorcidas de preceitos legais onde simplesmente não há a aplicação dos dispositivos da constituição⁽³⁾.

A dificuldade que jovens de famílias menos abastadas têm de acessar bens sociais, saúde, trabalho, educação, facilita a sua entrada no mundo do crime. As políticas públicas não são eficazes ao ponto de inseri-los na sociedade⁽⁵⁾.

O Ministério da Justiça, através do Sistema de Informação Penitenciária (InfoPen), apontou que a população prisional cresceu, em média, 7% ao ano desde o ano 2000, o que totaliza um crescimento de 161% até 2014, registrando 607.731 pessoas em situação prisional, com uma taxa de 299,7 para cada 100 mil habitantes⁽⁶⁾.

O acesso dessa população a ações e serviços de saúde é legalmente garantido pela constituição, pela Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal, pela Lei nº 8.080 de 1990, que regulamenta o Sistema Único de Saúde

(SUS) e pela Lei nº 8.142 de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS^(7,8).

Estudos demonstram que há vulnerabilidade do homem em relação à violência, seja como autor, ou seja como vítima. Adolescentes e jovens do sexo masculino sofrem mais lesões e traumas devido às agressões, e estas são mais graves e exigem uma internação mais prolongada quando comparada com as mulheres⁽⁹⁾.

As condições de vida e de saúde são importantes para todos, porque afetam o modo como as pessoas se comportam. Quando recolhidas a estabelecimentos prisionais, além dos vícios, as pessoas trazem problemas de saúde, transtornos mentais, que são gradualmente agravados pela precariedade das condições de moradia, educação, alimentação e saúde⁽¹⁰⁾.

Tal temática faz parte do cotidiano da pesquisadora que é profissional da segurança pública do estado do Ceará, além de acadêmica de Enfermagem. Sendo assim, surgiram alguns questionamentos em relação à dificuldade encontrada pelos detentos na busca por serviços de saúde.

Diante do exposto surgiram os seguintes questionamentos: Quais as evidências disponíveis na literatura científica sobre os serviços de saúde ofertados à população carcerária brasileira sob o enfoque de gênero no Brasil? Quais as doenças que mais acometem as pessoas privadas de liberdade? Os homens são mais susceptíveis a doenças que as mulheres no cárcere privado? Existem ações de saúde voltadas ao preso, fundamentadas no Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário?

O presente estudo torna-se relevante devido à superlotação dos estabelecimentos prisionais, à falta de projetos de ressocialização dos detentos, à precariedade e insalubridade dos presídios, a situação que vive o preso em um ambiente propício à proliferação de doenças, tornando-se como grave problema de saúde pública, além de poder evidenciar a importância do sistema de saúde na penitenciária, dando atenção ao Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário no Brasil.

Diante das condições de confinamento da população masculina, é possível compreender a importância da atenção à saúde como determinante para o seu bem-estar físico e psíquico. Baseado no exposto o estudo propõe a criação de um panorama atual do estado em que se encontra a saúde pública ofertada sob o enfoque de gênero no Brasil que se encontra reclusa na base de dados no *Scientific Electronic Library Online* (SciELO).

Face ao exposto, objetivou-se analisar a saúde penitenciária sob o enfoque de gênero no Brasil a partir da base de dados no SciELO.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que tem por intuito analisar os dados da produção científica existente a respeito da assistência a saúde no sistema penitenciário brasileiro. Esta revisão bibliográfica aborda atenção à saúde da população carcerária sob o enfoque de gênero no Brasil.

A investigação ocorreu em fonte secundária, na base de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Essa base de dados é uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. A coleta de dados se deu no período de março e abril do ano de 2014.

A seleção de artigos foi feita em conformidade com o assunto proposto, sendo descartados os estudos que, apesar de constarem no resultado da busca, não apresentaram metodologia para avaliação de saúde no sistema penal sob o enfoque de gênero.

Quanto aos critérios de inclusão consistiram em artigos científicos que abordassem os descritores: Saúde, Enfermagem e Prisões, que estivessem coerentes com a temática, publicados em qualquer ano, em qualquer idioma, o que totalizou um número de 22 artigos. Foram excluídos os editoriais, totalizando uma amostra de 20 artigos sendo 2 artigos em inglês.

Foi realizada uma análise a partir de um formulário de coleta de dados, que foi preenchido para cada artigo pesquisado no estudo. O formulário permitiu a obtenção de informações

sobre aspectos estruturais e de conteúdo. Cabe lembrar que a abrangência temporal não foi definida. Para interpretação dos dados, fez-se uso de tabelas ilustrativas com dados estatísticos simples, como frequências absolutas e relativas. Tais recursos permitiram uma visão objetiva e válida dos dados para análise.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre os artigos publicados no *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), com os descritores: Saúde, Enfermagem e Prisões, totalizaram-se 20 produções científicas, sendo duas destas em língua inglesa. Nesta revisão, analisou-se 20 artigos que atenderam aos critérios de inclusão previamente estabelecidos.

Foi verificada uma predominância de artigos originais entre as publicações. Dentre os artigos, encontrou-se um relato de experiência, cujo objetivo foi descrever, por meio de um relatório científico, uma vivência ou atividade realizada. Da mesma forma, apenas um artigo era revisão sistemática sobre a saúde no sistema penal envolvendo os dois gêneros. Seguem as informações no quadro 1.

Quadro 1. Distribuição dos artigos analisados no trabalho, separados por ano/autor, título do artigo, periódico, objeto do estudo, tipo do estudo, sujeito do estudo e local do estudo. SciELO, mar/abr. 2014.

ANO AUTOR	TÍTULO DO ARTIGO	PERIÓDICO	OBJETO DO ESTUDO	TIPO DE ESTUDO	SUJEITO DO ESTUDO	LOCAL DO ESTUDO
2002 Fernandes, R. C. P. et al.	Trabalho e cárcere: um estudo com agentes penitenciários da Região Metropolitana de Salvador, Brasil.	Cad. Saúde Pública	Associação entre condições de trabalho e saúde	Quantitativo	Homens/ Mulheres	Salvador/ BA
2004 Miranda AE et al	Saúde sexual e reprodutiva em penitenciária feminina, Espírito Santo, Brasil.	Rev. Saúde Pública	Perfil e as condições de saúde das mulheres encarceradas	Qualitativo	Mulheres	Espírito Santo
2005 Carvalho ML et al	Modelo preditivo do uso de cocaína em prisões do Estado do Rio de Janeiro.	Rev. Saúde Pública	Grupos vulneráveis ao uso de cocaína em prisão	Quantitativo	Homens/ Mulheres	Rio de Janeiro/RJ
2006 Carvalho, M. L. et al.	Perfil dos internos no sistema prisional do Rio de Janeiro: especificidades de gênero no processo de exclusão social	Ciênc. saúde coletiva	Exclusão social a que essa população é submetida difere quanto ao sexo	Quali/Quanti	Homens/ Mulheres	Rio de Janeiro/RJ
2007 Coelho HC et al.	HIV prevalence and risk factors in a Brazilian Penitentiary	Cad. Saúde Pública	Prevalence of the marker of HIV and risk factors for HCV infection in male inmates at the Penitentiary	Quantitativo	Homens	Ribeirão Preto/ SP

ANO AUTOR	TÍTULO DO ARTIGO	PERIÓDICO	OBJETO DO ESTUDO	TIPO DE ESTUDO	SUJEITO DO ESTUDO	LOCAL DO ESTUDO
2007 Sánchez AR et al.	A tuberculose nas prisões do Rio de Janeiro, Brasil: uma urgência de saúde pública	Cad. Saúde Pública	Detecção de Tuberculose ativa	Quali/Quanti	Homens	Rio de Janeiro/RJ
2007 Strazza L et al.	Estudo de comportamento associado à infecção pelo HIV e HCV em detentas de um presídio de São Paulo, Brasil.	Cad. Saúde Pública	Comportamento sexual e associados ao risco de transmissão do HIV e Hepatite C	Qualitativo	Mulheres	São Paulo/SP
2008 Diuzana V et al.	Saúde em prisões: representações e práticas dos agentes de segurança penitenciária no Rio de Janeiro, Brasil.	Cad. Saúde Pública	Discursos e representações envolvendo a saúde produzidos no espaço prisional	Qualitativo	Homens	Rio de Janeiro/RJ
2008 Souza MOS	A prática de enfermagem no sistema penal: limites e possibilidades	Esc Anna Nery Rev Enfermagem	Atuação da equipe de enfermagem nos serviços de saúde do Sistema Penal	Qualitativo	Homens/ Mulheres	Rio de Janeiro/RJ
2009 Lemos ACM	Prevalência de TB ativa e TB latente em internos de um hospital penal na Bahia.	J. bras. Pneumologia	Prevalências de TB latente e TB ativa	Qualitativo	Homens	Bahia/BA
2009 Coelho, H.C. et al.	Soroprevalência da infecção pelo vírus da Hepatite B em uma prisão brasileira.	Rev. bras. Epidemiologia	Prevalência do marcador do HBV e seus fatores de risco na população masculina carcerária	Qualitativo	Homens	Ribeirão Preto/SP
2011 Rumin CR.et. al.	O sofrimento Psíquico no trabalho de vigilância em prisões	Psicologia: Ciência e Profissão	Sofrimento psíquico vivenciado por agentes de segurança penitenciária	Relato de experiência profissional	Homens	São Paulo/SP
2011 Nogueira, A.N. et al.	Infecção tuberculosa latente em profissionais contatos e não contatos de detentos de duas penitenciárias do estado de São Paulo, Brasil em 2008	Rev. Bras. Epidemiologia	Infecção pelo Mycobacterium tuberculosis entre os profissionais do sistema penal	Quantitativo	Homens/ Mulheres	São Paulo/SP
2012 Mauá. F.H.N. et al.	Criminal career-related factors among female robbers in the State of São Paulo, Brazil, and a presumed 'revolving-door' situation	Rev. Bras. Psiquiatria	Factors related to the onset and recurrence of criminal behavior in women robbers in the state of São Paulo, Brazil	Qualitativo	Mulheres	São Paulo/SP

ANO AUTOR	TÍTULO DO ARTIGO	PERIÓDICO	OBJETO DO ESTUDO	TIPO DE ESTUDO	SUJEITO DO ESTUDO	LOCAL DO ESTUDO
2012 Souza, K.M.J. et al.	Atraso no diagnóstico da tuberculose no sistema prisional: uma experiência do doente apenado.	Texto contexto - enfermagem	Assistência ao doente acometido por TB em instituição prisional	Qualitativo	Homens	João Pessoa/PB
2012 Gois, SM et al.	Para além das grades e punições: uma revisão sistemática sobre a saúde penitenciária	Ciênc. saúde coletiva	Saúde penitenciária	Revisão Sistemática	Homens/Mulheres	Brasil
2013 Anjos SJSB, et al	Fatores de risco para o câncer de colo do útero em mulheres reclusas	Rev. bras. enfermagem	Fatores de risco para o desenvolvimento do câncer de colo uterino	Qualitativo	Mulheres	Ceará/CE
2013 Ferreira. J. S. et al.	Conhecimento, atitudes e práticas sobre tuberculose em prisões e no serviço público de saúde	Rev. bras. Epidemiologia	Práticas sobre a TB em uma unidade prisional	Quantitativo	Homens/Mulheres	Hortolândia/SP.
2013 Lima. G.M.B. et al.	Mulheres no cárcere: Significados e práticas cotidianas de enfrentamento com ênfase na resiliência	Saúde e Debate	Significados do encarceramento e estratégias de enfrentamento	Qualitativo	Mulheres	João Pessoa/PB
2013 Ribeiro, S. G. ET AL	Perfil gineco-obstétrico de mulheres encarceradas no Estado do Ceará	Texto Contexto Enfermagem	Identificação do perfil gineco-obstétrico	Quantitativo	Mulheres	Ceará/CE

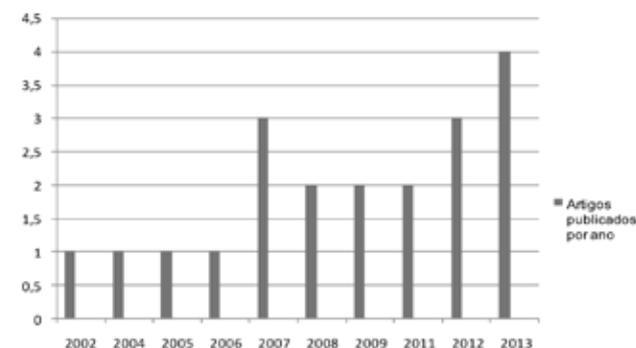
Observou-se que os anos de 2007-11-13, 2012-14-16 e 2013-17-20 concentraram 50% das publicações selecionadas sendo que houve maior volume de publicações nos anos de 2012 e 2013 (n = 3, n = 4). Ressalta-se que 2002-21 é o ano com a publicação mais antiga (Gráfico 1).

Através dessa análise científica, foi possível evidenciar que houve aumento de publicações nos últimos seis anos. Tal fato pode ser atribuído à criação do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário, pelo Ministério da Saúde no ano de 2003. As ações de saúde são desenvolvidas nas unidades penitenciárias por equipes multiprofissionais compostas minimamente por cinco profissionais de nível superior e dois profissionais de nível médio⁽¹⁰⁾.

Considerou-se relevante investigar também os periódicos que mais publicaram sobre saúde no sistema penal, a fim de detectar as possíveis fontes de conhecimentos para a área, como forma de contribuir para a pesquisa de novos assuntos e direcionar as futuras publicações.

Considerou-se relevante investigar também os periódicos que mais publicaram sobre saúde no sistema penal, a fim de detectar as possíveis fontes de conhecimentos para a área, como forma de contribuir para a pesquisa de novos assuntos e direcionar as futuras publicações.

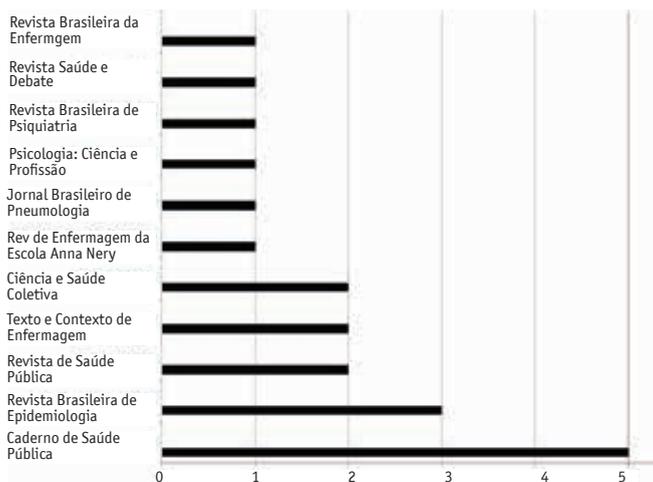
Gráfico 1. Distribuição das produções científicas sobre Saúde no Sistema Penal quanto ao ano de publicação. Scielo, mar/abr. 2014.



Fonte: Pesquisador.

A revista *Cadernos de Saúde Pública* foi a que mais publicou no período ($n = 5$)^(11-13, 21,22), seguida da *Revista Brasileira de Epidemiologia* ($n = 3$)^(18, 23, 24), *Revista de Saúde Pública*^(25, 26); *Texto e Contexto de Enfermagem*^(15, 20); *Ciências e Saúde Coletiva*, 27 ($n = 2$ para cada), e dentre as outras um para cada⁽²⁸⁻³⁰⁾ (Gráfico 2).

Gráfico 2. Distribuição das produções científicas sobre Saúde no Sistema Penal quanto ao periódico. Scielo, mar/abr. 2014.



Fonte: Pesquisador.

Ambas as revistas que mais publicaram pertencem à região Sudeste, revelando onde se localizam as principais fontes de pesquisa sobre a temática deste estudo. Vale salientar que houve publicações de artigos em periódicos na região Nordeste nos estados do Ceará, Paraíba e Bahia.

Observa-se que 30% desses artigos ($n = 6$), relataram sobre a situação de encarceramento de mulheres, do homossexualismo feminino, do perfil ginecológico dessas mulheres, das doenças específicas desse sexo como, o câncer do colo do útero e as leucorréias^(13, 14, 17, 19, 20, 25).

Algumas citaram que já realizaram pelo menos uma vez, exame preventivo do colo do útero (Papanicolau) e que já tinham vida sexual anterior à prisão^(17, 20, 25). Algumas doenças como tuberculose foram adquiridas com a permanência delas na prisão^(18, 24). O homem preso, assim como as mulheres citadas no parágrafo anterior, adquire as mais variadas doenças quando ingressa no sistema penal. As hepatites, as tuberculoses pulmonares e as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), são os tipos de patologias mais frequentes que acometem esses gêneros^(11, 12, 18, 23, 24, 28, 29).

O confinamento estimula práticas que aumentam o risco de transmissão de doenças pelos comportamentos sexuais inadequados e uso de drogas⁽¹³⁾. Um estudo realizado em Montes Claros-MG, evidenciou o papel do uso de drogas, principalmente o *crack*, como um facilitador para a transmissão do HIV dentro das prisões e que, por analogia na forma de transmissão, é pos-

sível atribuir a esses mesmos componentes um papel semelhante para a transmissão do vírus da hepatite C (HCV)⁽³¹⁾.

Alguns artigos chegam a citar a dependência química dentro das penitenciárias e o reflexo causado na vida dessas pessoas. O uso rotineiro de entorpecentes fazendo com que alguns presos, fiquem reféns das drogas causa outro problema: as doenças da mente^(16, 26, 27).

Nota-se que 35% ($n = 7$) dos artigos publicados abordavam ambos os sexos. Desses itens pesquisados, encontrava-se a preocupação com o agravamento das doenças entre presos e os riscos a que os trabalhadores do sistema penal estão expostos. As condições de habitação desse público, agravadas muitas vezes pela superlotação, colaboram para uma maior vulnerabilidade frente às doenças, em particular as respiratórias e pulmonares^(16, 18, 21, 24, 26-28).

Outra variável está relacionada ao tipo de abordagem metodológica utilizada nos artigos, podendo ser classificada em qualitativa, quantitativa, quali/quanti e um relato de experiência, a abordagem mais utilizada foi do tipo qualitativo ($n = 10$)^(13-15, 17, 19, 22, 23, 25, 28, 29), seguido por quantitativa ($n = 6$)^(11, 18, 20, 21, 24, 26), quali/quanti ($n = 2$)^(12, 27). Entende-se que a abordagem qualitativa seja predominante devido aos pesquisadores buscarem entender destacando-se as discussões sobre gênero.

Com relação ao sexo, observa-se que 35% ($n = 7$) dos estudos foram realizados com o sexo masculino, 30% ($n = 6$) com o sexo feminino e 35% ($n = 7$) com ambos os sexos.

Desta forma, pode-se dizer que os gêneros estão sendo abordados de formas, relativamente, iguais pelos pesquisadores, entretanto estudos que focam o sexo feminino possuem destaque por serem voltados para as doenças específicas relativas à mulher. Mulheres encarceradas compõem uma população de risco para infecções transmitidas por via sexual e para infecções crônicas, pois apresentam, com frequência, comportamentos de risco que incluem atividades relacionadas ao uso de drogas e a troca de sexo por drogas⁽²⁵⁾.

Percebe-se que na análise da saúde penitenciária sob o enfoque de gênero no Brasil, a maioria dos estudos abordaram as mulheres com 40%, seguido de estudos envolvendo homens e mulheres (35%) e apenas com homens (25%).

Um novo panorama tem-se apresentado no Brasil nos últimos anos, resultado do encarceramento três vezes maior de mulheres em proporção aos homens, representando elas 7% da população brasileira que em geral são mães solteiras, afrodescendentes, e na maioria dos casos condenadas por envolvimento no tráfico de drogas, com queixas de doenças sintomáticas, portadores de ITS's e profissionais do sistema penal⁽³²⁾.

Na compilação dos dados pode-se constatar que os sujeitos de estudo, ou seja, os participantes das pesquisas realizadas pelos autores de cada artigo, foram homens e mulheres predominantemente jovens: mediana de 28 anos para os homens e 31 anos para as mulheres. A proporção de estrangeiros é cinco vezes maior em mulheres do que em homens, os homens pre-

so referiram estar casados ou amigados com frequência quase duas vezes maior do que as mulheres⁽²⁷⁾.

Relacionado à temática, todas as produções científicas abordaram o descritor saúde, enfermagem, prisões, além disso, outros descritores foram abordados como: exclusão social, relações de gênero, Infecções Sexualmente Transmissíveis. Outros descritores, menos predominantes, também foram abordados.

Observou-se que a distribuição de artigos referentes à temática abordada neste estudo contempla apenas alguns estados brasileiros. A região Sudeste e a região Nordeste foram às únicas que apresentaram trabalhos publicados relacionados ao tema.

Tal informação pode ser justificada pelo fato de a região Sudeste ser um grande polo de desenvolvimento de pesquisa e local de maior concentração de cursos de pós-graduação. Já o Nordeste brasileiro, apresenta um grande número de penitenciárias.

Muitos periódicos nacionais têm emergido nos últimos anos, despontando-se como meios de divulgação de artigos brasileiros de alta qualidade e de diversas abordagens. Em seus estados, o Brasil possui um potencial no campo da publicação acadêmica vasto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que as produções científicas sobre Saúde no Sistema Penal quanto ao ano de publicação foi maior no ano de 2013 com 4 produções. A região Sudeste se destaca na produção de periódicos sobre a Saúde no Sistema Penal evidenciado com ênfase na Revista Brasileira de Epidemiologia e no Caderno de Saúde Pública.

Dessa forma, percebe-se que existe uma enorme lacuna, no que diz respeito a produções científicas sobre a temática saúde no sistema penal sob o enfoque de gênero, o que contribui para a necessidade de mais pesquisas serem feitas abordando os sujeitos da pesquisa em diversos aspectos, como sexualidade, relações entre os gêneros, situação de saúde e doença.

Ainda com relação aos sujeitos dos estudos sobre o sistema e saúde penal verificou-se que, embora seja fundamental considerar as diferenças entre homem e mulher, vários estudos têm analisado uma alta prevalência de diferentes problemas psicopatológicos em ambos. O abuso de substâncias psicoativas é uma das causas de transtorno de humor e transtornos de personalidade, sendo comumente encontrados nessa população e representando uma notável preocupação para a saúde mental para a saúde pública.

Em relação aos locais em que foram realizados os estudos abordando sistema de saúde penal, observou-se que na região Nordeste do país houve predomínio para estudo qualitativo. Torna-se relevante a realização de outros estudos abordando a saúde penitenciária sob o enfoque de gênero nos diversos cenários da saúde sejam desenvolvidos.

O conhecimento sobre problemas de saúde-doença dentro do sistema carcerário pode contribuir para fortalecer o papel da recuperação, que é um direito da pessoa presa. É essencial a percepção de que a saúde penitenciária envolve uma complexa teia de serviços, onde os saberes e as ações intersetoriais são fundamentais para o sucesso das práticas de promoção da saúde entre os presos, entretanto, somente a cooperação entre órgãos de saúde pública e o sistema penal pode produzir resultados eficientes.

REFERÊNCIAS

1. Barbosa TP, Beccaria LM, Poletti NAA. Avaliação do risco de úlcera por pres1. Brasil. Constituição, 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal; 1988.
2. Rocha AP. O Estado e o direito de punir: a superlotação no sistema penitenciário brasileiro. O caso do Distrito Federal. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Políticas, Universidade de Brasília, 2006.
3. Dallari DA. O Brasil rumo à sociedade justa. In: Silveira RMG et al. (Orgs). Educação em direitos humanos: fundamentos teóricos-metodológicos. João Pessoa: Ed. Universitária, 2007. p. 29-49.
4. Sales T. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. Rev Bra Ciências Sociais 1994; 9(25):27-37.
5. Pereira SEFN. Crianças e adolescentes em contexto de vulnerabilidade social: articulação de redes em situação de abandono ou afastamento do convívio familiar. Aconchego-DF, 2013.
6. Brasil. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de informações penitenciárias. Brasília. 2014.
7. Brasil. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Diário Oficial da União - Seção 1, 13 de setembro de 1984. p. 10227.
8. Brasil. Lei nº. 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 31 de dezembro de 1990. p. 25694.
9. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política Nacional de atenção integral à saúde do home: princípios e diretrizes. Brasília. 2009.
10. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Plano Nacional de saúde no sistema penitenciário. Brasília, 2005.
11. Coelho HC, Perdoná GC, Neves FR, Passos ADC. HIV prevalence and risk factors in a Brazilian penitentiary. Cad. Saúde Pública [Internet]. 2007 Sep [cited 2017 Sep 14]; 23(9):2197-2204. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v23n9/20.pdf>
12. Sánchez AR, Massari V, Gerhardt G, Barreto AW, Cesconi V, Pires J et al. A tuberculose nas prisões do Rio de Janeiro, Brasil: uma urgência de saúde pública. Cad. Saúde Pública [Internet]. 2007 Mar [cited 2017 Sep 14]; 23(3):545-552. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v23n3/13.pdf>

13. Strazza L, Massad E, Azevedo RS, Carvalho HB. Estudo de comportamento associado à infecção pelo HIV e HCV em detentas de um presídio de São Paulo, Brasil. *Cad. Saúde Pública* [Internet]. 2007 Jan [cited 2017 Sep 14]; 23(1):197-205. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v23n1/20.pdf>
14. Mauá FHN, Baltieri DA. Criminal career-related factors among female robbers in the state of São Paulo, Brazil, and a presumed 'revolving-door' situation. *Rev. Bras. Psiquiatr.* [Internet]. 2012 June [cited 2017 Sep 14]; 34(2):176-184. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/rbp/v34n2/v34n2a10.pdf>
15. Souza KMJ, Villa TCS, Assolini FEP, Beraldo AA, França UM, Protti ST et al. Atraso no diagnóstico da tuberculose em sistema prisional: a experiência do doente apenado. *Texto contexto - enferm.* [Internet]. 2012 Mar [cited 2017 Sep 14]; 21(1):17-25. Available from: http://www.scielo.br/pdf/tce/v21n1/en_a02v21n1.pdf
16. Gois SM, Santos JHPO, Silveira MFA, Gaudêncio MMP. Para além das grades e punições: uma revisão sistemática sobre a saúde penitenciária. *Ciênc. saúde coletiva* [Internet]. 2012 May [cited 2017 Sep 14]; 17(5):1235-1246. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n5/a17v17n5.pdf>
17. Anjos SJSB, Ribeiro SG, Lessa PRA, Nicolau AIO, Vasconcelos CTM, Pinheiro AKB. Fatores de risco para o câncer de colo do útero em mulheres reclusas. *Rev. bras. enferm.* [Internet]. 2013 Aug [cited 2017 Sep 14]; 66(4):508-513. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v66n4/v66n4a07.pdf>
18. Ferreira Junior S, Oliveira HB, Marin-Léon L. Conhecimento, atitudes e práticas sobre tuberculose em prisões e no serviço público de saúde. *Ver. Bras. Epidemiol.* [Internet]. 2013 [cited 2017 Sep 14]; 16(1):100-13. Available from: <http://www.scielo.org/pdf/rbepid/v16n1/1415-790X-rbepid-16-01-0100.pdf>
19. Lima GMB, Pereira Neto AF, Amarante PDC, Dias MDR, Ferreira FMO. Mulheres no cárcere: significados e práticas cotidianas de enfrentamento com ênfase na resiliência. *Saúde debate* [Internet]. 2013 Sep [cited 2017 Sep 14]; 37(98):446-456. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v37n98/a08v37n98.pdf>
20. Ribeiro SG, Lessa PRA, Monte AS, Bernardo EBR, Nicolau AIO, Aquino PS et al. Perfil gineco-obstétrico de mulheres encarceradas no Estado do Ceará. *Texto contexto - enferm.* [Internet]. 2013 Mar [cited 2017 Sep 14]; 22(1):13-21. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v22n1/02.pdf>
21. Fernandes RCP, Silvano Neto AM, Sena GM, Leal AS, Carneiro CAP, Costa FPM. Trabalho e cárcere: um estudo com agentes penitenciários da Região Metropolitana de Salvador, Brasil. *Cad. Saúde Pública* [Internet]. 2002 June [cited 2017 Sep 14]; 18(3):807-816. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v18n3/9308.pdf>
22. Diuana V, Lhuillier D, Sánchez AR, Amado G, Araújo L, Duarte AM et al. Saúde em prisões: representações e práticas dos agentes de segurança penitenciária no Rio de Janeiro, Brasil. *Cad. Saúde Pública* [Internet]. 2008 Aug [cited 2017 Sep. 14]; 24(8):1887-1896. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v24n8/17.pdf>
23. Coelho HC, Oliveira SAN, Miguel JC, Oliveira MLA, Figueiredo JFC, Perdoná GC et al. Soroprevalência da infecção pelo vírus da Hepatite B em uma prisão brasileira. *Rev. Bras. Epidemiol.* [Internet]. 2009 June [cited 2017 Sep 14]; 12(2): 124-131. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/rbepid/v12n2/03.pdf>
24. Nogueira PA, Abrahão RCM, Galesi VMN. Infecção tuberculosa latente em profissionais contatos e não contatos de detentos de duas penitenciárias do estado de São Paulo, Brasil, 2008. *Rev. Bras. Epidemiol.* [Internet]. 2011 Sep [cited 2017 Sep 14]; 14(3):486-494. Available from: http://www.scielo.br/pdf/rbepid/v14n3/en_13.pdf
25. Miranda AE, Merçon-de-Vargas PR, Viana MC. Saúde sexual e reprodutiva em penitenciária feminina, Espírito Santo, Brasil. *Rev. Saúde Pública* [Internet]. 2004 Apr [cited 2017 Sep 14]; 38(2):255-260. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v38n2/19786.pdf>
26. Sánchez ML, Valente JG, Assis SG, Vasconcelos AGG. Modelo preditivo do uso de cocaína em prisões do Estado do Rio de Janeiro. *Rev. Saúde Pública* [Internet]. 2005 Oct [cited 2017 Sep 14]; 39(5):824-831. Available from: http://www.scielo.br/pdf/rsp/v39n5/en_26305.pdf
27. Carvalho ML, Valente JG, Assis SG, Vasconcelos AGG. Perfil dos internos no sistema prisional do Rio de Janeiro: especificidades de gênero no processo de exclusão social. *Ciênc. saúde coletiva* [Internet]. 2006 June [cited 2017 Sep 14]; 11(2):461-471. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v11n2/30433.pdf>
28. Souza MOS, Passos JP. A prática de enfermagem no sistema penal: limites e possibilidades. *Esc. Anna Nery* [Internet]. 2008 Sep [cited 2017 Sep. 14]; 12(3):417-423. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/ean/v12n3/v12n3a04.pdf>
29. Lemos ACM, Matos ED, Bittencourt CN. Prevalência de TB ativa e TB latente em internos de um hospital penal na Bahia. *J. bras. pneumol.* [Internet]. 2009 Jan [cited 2017 Sep 14]; 35(1):63-68. Available from: http://www.scielo.br/pdf/jbpneu/v35n1/en_v35n1a09.pdf
30. Rumin CR, Barros GIF, Cardozo WR, Cavalheiro R, Atelli R. O sofrimento Psíquico no trabalho de vigilância em prisões. *Psicologia: Ciência e Profissão* [Internet]. 2011 [cited 2017 Sep 14]; 31(1):188-199. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v31n1/v31n1a16.pdf>
31. Alquimim AF. Comportamento de risco para HIV em população carcerária de Montes Claros. *Revista Unimontes Científica* [Internet]. 2014 [cited 2017 Sep 14]; 16 (1):1-7. Available from: <http://www.ruc.unimontes.br/index.php/unicientifica/article/view/311/289>
32. Centro pela Justiça e pelo Direito Internacional. Relatório sobre mulheres encarceradas no Brasil. Brasília, 2007.

Recebido em: 17.07.2017

Aprovado em: 30.07.2017